SE VOTAR, NÃO VOLTA! PRESSÃO POPULAR FAZ GOVERNO RECUAR NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

TRABALHADORES MANTÊM A MOBILIZAÇÃO DIANTE DA AMEAÇA AINDA PRESENTE

Bancários e bancárias de Brasília se somaram no dia 19 de fevereiro aos demais trabalhadores do Brasil nos protestos contra o desmonte da Previdência Social e o fim da aposentadoria para milhões de brasileiros na contrarreforma da ilegítimo governo Temer. A pressão dos trabalhadores ao longo desses dois anos de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 levou o Congresso a retirar de pauta a votação do tema.

● **PÁG. 2**
PLENÁRIA DOS BANCÁRIOS FORTALECE MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DA CASSI E SAÚDE CAIXA

● **PÁG. 4**
SINDICATO TRATA DE PROCESSOS SELETIVOS EM REUNIÃO COM O BRB

● **PÁG. 5**
CAIXA: AÇÃO COLETIVA GARANTE PAGAMENTO DA PARCELA "QUEBRA DE CAIXA"

● **PÁG. 6**
SINDICATO SE ENGAJA EM EVENTOS DO MÊS DAS MULHERES

PLENÁRIA DOS BANCÁRIOS FORTALECE MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DA CASSI E SAÚDE CAIXA

Os bancários do Banco do Brasil e da Caixa reuniram-se na noite de quinta-feira (22/2) em plenária para organizar a defesa da Cassi e do Saúde Caixa diante das ameaças contidas na resolução CGPAR 23 do Ministério do Planejamento. O evento aconteceu na sede do Sindicato e foi transmitido ao vivo pela TV Bancários Web.

A plenária contou com exposições de William Mendes, bancário do BB e representante dos funcionários na pasta de Saúde e Rede de Atendimento da Cassi, e de Plínio Pavão, assessor em saúde do trabalhador na Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae).

HISTÓRICO DE LUTA EM DEFESA DAS AUTOGESTÕES

Os expositores convidados resgataram os históricos da Cassi e do Saúde Caixa, com destaque para as lutas dos bancários do BB e da Caixa pela preservação e aperfeiçoamento dos modelos de autogestão dos seus planos de saúde, e abordaram as ameaças contidas na reso-

lução CGPAR 23 do Ministério do Planejamento, que pode destruir a autogestão em saúde nas empresas estatais.

CGPAR 23 AMEAÇA PLANO DE SAÚDE NA APOSENTADORIA

A resolução proíbe, entre outras coisas, custeio da empresa maior que o dos funcionários e autogestão por RH (caso do Saúde Caixa), limita investimento na saúde dos trabalhadores pelas empresas, estabelece o quantitativo mínimo de 20 mil funcionários para que a empresa patrocine plano de saúde e determina a cobrança por dependente e o fim do custeio para a fase pós laboral.

A CGPAR 23 estabelece 48 meses de prazo para as empresas adequarem seus planos de saúde e proíbe novas adesões, instituindo a figura de reembolso para novos funcionários. Assim, os novos trabalhadores que ingressarem nas empresas públicas poderão ser forçados a

procurar planos de saúde privados.

ACORDO COLETIVO PROTEGE OS BANCÁRIOS DA CAIXA

Plínio Pavão explicou como as mudanças previstas na resolução CGPAR 23 atropelam as normas da empresa e o acordo coletivo de trabalho. O assessor da Fenae ressaltou que, se as alterações para autogestão em saúde são injustificáveis nas estatais em geral, na Caixa são completamente descabidas, já que a empresa sequer se enquadra entre as de economia mista, que são os alvos estabelecidos na resolução.

ESTATUTO DA CASSI SÓ PODE SER ALTERADO COM CONSULTA AO CORPO SOCIAL

Lembrando que "a qualidade da informação é central para a organização e a luta contra o ataque aos planos de autogestão em saúde nas estatais", o diretor da Cassi, **William Mendes**, se remeteu aos anos 1990, quando, segundo ele, os planos de saúde das estatais foram alvos de tentativa de desmonte exatamente nos mesmos termos da resolução do Ministério do Planejamento atual.

"Lá atrás a nossa resposta foi com mobilização para o debate, para a organização e para a luta. Conquistamos o direito de que, para haver qualquer alteração nas regras do Estatuto da Cassi, é preciso consulta ao corpo social", enfatizou.

William Mendes alertou para o risco de divisão entre os trabalhadores por conta de referências feitas pela resolução à garantia dos direitos adquiridos. Ele entende que se trata de artimanha para gerar confusão e facilitar a destruição dos planos de autogestão.

PLENÁRIA DEFINIU ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

A plenária indicou a necessidade de iniciativas que unifiquem os trabalhadores de todas as estatais em fóruns e mobilizações comuns. Será encaminhada a proposta de realização de Encontro Nacional de Saúde dos trabalhadores com planos de saúde de autogestão, entre outras deliberações.

A deputada Erika Kokay encaminhará na Câmara Federal a proposta de criação de Subcomissão de Planos de Saúde de Autogestão e de realização de audiências públicas.

Para **Fabiano Felix**, representante eleito pelos trabalhadores no Conselho de Administração do BB, "a luta deve ser conjunta para garantir a manutenção dos direitos já adquiridos e manter as contribuições do banco. Não permitiremos que tais medidas, claramente entreguistas, ameacem a assistência à saúde dos trabalhadores de empresas estatais".

Confira plenária completa no portal bancariosdf.com.br

CASSI**RELATÓRIO DA CONSULTORIA DEMONSTRA NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE**

Em reunião extraordinária da Mesa de Prestação de Contas da Cassi com o Banco do Brasil, Diretoria da Cassi e as Entidades Representativas dos Associados, realizada na terça-feira (6/2) foram apresentadas as Ações de Curto Prazo aprovadas na Cassi, com o objetivo de implementar medidas estruturantes na busca da sustentabilidade do banco.

Na reunião houve apresentação sintética do relatório final da consultoria contratada pelo

BB, conforme previsto no Memorando de Entendimentos. Segundo consta no memorando, a empresa seria contratada para análise e revisão de processos e sistemas, buscando o aperfeiçoamento do modelo de gestão e de governança e dos processos internos, a redução de despesas, a viabilização de parcerias estratégicas e a criação de mecanismos de uso racional dos serviços do sistema integrado de saúde da Cassi.

A Consultoria apresentou o

relatório entregue ao BB e à Diretoria da Cassi naquela tarde, e será objeto de análise dentro das instâncias de governança da Cassi e do Banco do Brasil. A Cassi e o BB farão um relatório resumido para disponibilizar às entidades. Para **Wilian**

Mendes, que esteve presente na negociação, “é fundamental investimento urgente no aprimoramento da atenção integral à saúde visando ampliar o atendimento próprio da Cassi e acompanhar de forma mais efetiva a saúde dos associados”.

ELEIÇÕES**ENTIDADES DO BRASIL SE UNEM EM DEFESA DA CASSI**

Os associados da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) vão às urnas de 16 a 28 de março para renovar parte da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da entidade. O Sindicato dos Bancários de Brasília e outras centenas de entidades do funcionalismo apoiam a Chapa 1 – Em Defesa da Cassi, encabeçada por William Mendes, atual diretor de Saúde e Rede de Atendimento.

“A Chapa 1 é a que tem candidatos mais experientes, que melhor conhecem o tema Cassi e saúde dos trabalhadores. São

companheiros que têm histórico de lutas na defesa dos direitos dos funcionários do BB e dos associados da Caixa de Assistência. E por isso é a chapa que tem o apoio de mais entidades representativas dos bancários”, afirma **Rafael Zanon**, secretário de Imprensa do Sindicato.

Entre os compromissos da Chapa 1 estão: melhoria constante no atendimento, garantir a manutenção dos compromissos do BB e a sustentabilidade da Cassi, lutar contra as medidas da Resolução 23 da CGPAR, valorizar os Conselhos de Usuários e envolver o funcionalismo na defesa da Cassi.

ELEIÇÕES FUNCEF**CHAPA 1 É QUEM MELHOR REPRESENTA OS INTERESSES DOS BANCÁRIOS**

Os associados da Funcef vão às urnas nos dias 2, 3 e 4 de abril, para renovar a diretoria do fundo de pensão dos empregados e empregadas da Caixa Econômica Federal. O Sindicato apoia a Chapa Participante (Chapa 1), integrada por Fabiana Matheus (diretora da Fenaef) e Celeste da Fonseca (aposentada).

“São representantes capacitadas e experientes, que têm reconhecida trajetória de luta, sempre defenderam os direitos dos empregados da Caixa, e farão um trabalho sério na gestão do fundo de pensão, num momento em que, ao lado da Caixa, ele passa por sérios ataques”,

destaca a diretora do **Sindicato Rafaella Gomes**, também empregada do banco.

A proposta da Chapa 1 é trabalhar de forma independente e autônoma, reforçando a capacidade de luta pela manutenção e ampliação de direitos de todos os beneficiários, como historicamente tem feito. A Chapa do Participante questiona, entre outros pontos da atual gestão, a falta de transparência, a votação com a patrocinadora (Caixa) ignorando a questão do contencioso e a diminuição da meta atuarial e o impacto dessa redução sobre os planos.

SINDICATO TRATA DE PROCESSOS SELETIVOS EM REUNIÃO COM O BRB

O Sindicato se reuniu dia 21 de fevereiro com uma comissão do BRB e com as diretoras de Pessoal e de Crédito e Clientes do banco para apresentar as demandas e sugestões dos funcionários sobre processos seletivos.

Os dirigentes sindicais informaram à instituição financeira que a maior insatisfação dos trabalhadores era com a falta de informação mais criteriosa e transparente sobre cada etapa ou procedimento dos certames. **Cida Sousa**, diretora da Fetec-CUT/CN, afirmou que “o banco precisa de meca-

nismos que recuperem e tragam cada vez mais credibilidade aos processos seletivos, pois isso com certeza motivará as pessoas com relação às suas possibilidades dentro da instituição”.

O banco disse que os processos foram bem-sucedidos, mas reconhece ter havido imperfeições que podem ser sanadas nas

situações futuras.

Na reunião também foram discutidas questões como subjetividade e banco de talentos. De acordo com o diretor do Sindicato **Daniel de Oliveira**, “os processos vindouros devem envolver um maior grau de objetividade, afastando os certames de questões pessoais ou subjetivas”. Sobre o banco de talentos, o secretário-geral do Sindicato, **Cristiano Severo**, afirmou que “o banco deve criar um banco de talentos acessível a todos os funcionários, para trazer a transparência almejada e instituir trilhas a cada função, dando a segurança de que o esforço em se capacitar não será em vão”.

BANCÁRIOS DO BRB CONQUISTAM DIREITO DE ELEGER REPRESENTANTE PARA O CONSAD

Depois de mais de quatro anos da aprovação de projeto pela Câmara Legislativa do DF, o BRB efetivará a eleição, pela categoria, de um bancário da ativa para compor o Conselho de Administração (Consad). De acordo com comunicado divulgado pelo banco, uma comissão foi criada para conduzir o processo eleitoral, com representantes (titular e suplente) do Sindicato.

“É uma vitória dos trabalhadores do BRB. Com a eleição, teremos um representante que

será nossa voz na defesa do banco e, certamente, um conselheiro que poderá inibir tentativas de se utilizar o banco de forma espúria”, declara **Eustáquio Ribeiro**, diretor do Sindicato.

“O eleito para o Consad do BRB jamais pode se subordinar, se ajoelhar diante das pressões do banco ou do governo. O eleito tem de se subordinar aos interesses dos funcionários e dialogar com estes para ouvir suas opiniões”, complementa

Cida Sousa, representante do Sindicato na comissão que conduzirá a eleição.

Para **Cristiano Severo**, secretário-geral do Sindicato, “todos nós devemos debater essa eleição e estar cientes da grande importância de termos um representante no Consad. Ainda segundo o dirigente, “ter alguém que represente os trabalhadores no Consad traz condições para se denunciar desvios de toda ordem e para influenciar no planejamento do futuro da instituição, de modo a contribuir para dias melhores para os funcionários e para o crescimento de um BRB público, forte e a serviço da sociedade”.

PLR: SINDICATO SOLICITA PAGAMENTO LOGO APÓS DIVULGAÇÃO DO BALANÇO DO BRB

O Sindicato encaminhou na sexta-feira (23/2) ofício ao presidente do BRB, Vasco Gonçalves, solicitando que seja efetuado o pagamento da PLR referente ao 2º semestre de 2017, imediatamente após a divulgação do balanço do banco. De acordo com convite já tornado público, o banco divulgará seu balanço no dia 5 de março, o que torna perfeitamente possível a ele efetuar o pagamento.

SINDICATO VAI QUESTIONAR DEMISSÃO DE VIGILANTES

O Sindicato questionará o BRB sobre a demissão de vigilantes da Visan que atuaram para conter possível fraudador em agência do banco. O secretário-geral do Sindicato, **Cristiano Severo**, diz que vê com preocupação a demissão sumária dos trabalhadores e buscará informações a respeito do caso. Para Cristiano, “não se pode demitir esses trabalhadores, que oferecem segurança às pessoas e ao patrimônio, até mesmo colocando a sua vida em risco, sem que se preste qualquer explicação”.

SINDICATO GARANTE LIMINAR MAIS UMA VEZ E CAIXA FICA PROIBIDA DE DESCONTAR DIA 28 DE ABRIL

Empregadas e empregados da Caixa se beneficiam da liminar concedida ao Sindicato pela Justiça do Trabalho que impede o desconto do dia 28 de abril do ano passado, quando foi realizada a Greve Geral contra as reformas trabalhista e previdenciária. A decisão é da desembargadora do TRT da 10ª Região Flávia Simões Falcão.

A ação civil pública movida pelo Sindicato discute a ilegalidade do desconto salarial referente à Greve Geral de 28 de abril.

De acordo com a diretora do Sindicato

Rafaella Gomes, os empregados já haviam conquistado em mesa de negociação que o desconto do dia 28 de abril não teria reflexos sobre o fim de semana remunerado, tampouco na licença-prêmio de 18 dias dos trabalhadores pré-1998.

“Fica clara a importância da mesa de negociação, onde asseguramos, sem o intermédio da Justiça, que aqueles que participaram da paralisação não teriam reflexos na vida profissional. Mesmo com a queda da liminar, os trabalhadores garantiram vitória com a negociação”, destaca Rafaella.

CAIXA: AÇÃO COLETIVA MOVIDA PELO SINDICATO GARANTE PAGAMENTO DA PARCELA “QUEBRA DE CAIXA”

Caixas e tesoureiros tiveram vitória em ação coletiva movida pelo Sindicato contra a Caixa. A entidade reivindicou e a juíza da 1ª Vara do Trabalho de Brasília reconheceu que empregados de ambas as funções fazem jus ao recebimento da parcela adicional de “quebra de caixa”.

Na ação, o Sindicato e a assessoria jurídica da entidade alegaram que, antes da extinção por parte da Caixa, o adicional era previsto em normativo interno da empresa e remunerava os empregados

que lidavam com numerários para cobrir eventuais diferenças de caixa. Assim, a juíza identificou que tal normativo incorpora o adicional ao contrato de trabalho de tesoureiros e caixas, sendo ilegal a exclusão feita pelo banco.

Condenada, a Caixa terá que efetuar o pagamento da parcela “quebra de caixa” e seus reflexos. A partir da publicação da sentença, inicia-se o prazo para recurso das partes.

O recebimento da parcela ocorrerá após esgotados todos os recursos. Serão beneficiados pela ação aqueles bancários que exerceram as funções de caixa e tesoureiro a partir de 27/10/2011.

“Novamente, a decisão do Judiciário atende aos anseios dos bancários que foram injustamente prejudicados pela alteração do normativo interno feita pela Caixa”, comemora a secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato, **Marianna Coelho**.

SINDICALIZE-SE E FORTALEÇA A LUTA PELOS DIREITOS!

Acesse o portal bancariosdf.com.br no menu **Sindicalize-se** ou entre em contato com os representantes do Sindicato.

ACORDOS
COLETIVOS

ASSISTÊNCIA
JURÍDICA

CONVÊNIOS

ATENDIMENTO
PSICOLÓGICO

CURSO DE
PATERNIDADE E CPA

CONFIRA O PAGAMENTO DA PLR

BANCOS USAM REFORMA TRABALHISTA PARA LUCRAR MAIS

BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil anunciou na quinta-feira (22/2) que o lucro líquido ajustado — que exclui efeitos de receitas e despesas extraordinários — cresceu 54,2% e chegou a R\$ 11,1 bilhões em 2017, com redução da provisão contra calotes de clientes e aumento das receitas com prestação de serviços. Somente no quarto trimestre o lucro foi de R\$ 3,188 bilhões, crescimento de 82,5%.

Em matéria publicada no ano passado, o Sindicato já havia vislumbrado que o banco reverteria parte da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) de 2016 para incrementar o lucro de 2017.

A PLR será paga em 12 de março, mesmo dia da distribuição dos lucros aos acionistas.

BRADERCO

O Bradesco lucrou R\$ 19,024 bilhões, com crescimento de 11,1%, em relação a 2016 e de 1,1% no trimestre. Em contrapartida, a holding encerrou o ano de 2017 com 98.808 empregados, uma redução de 9.985

postos de trabalho em relação ao final de 2016, que representa 9,2% do seu quadro de funcionários, mesmo, após a incorporação, em setembro de 2016, de aproximadamente 20 mil trabalhadores banco HSBC. O PDVE, segundo o banco, teve 7,4 mil adesões. No período, foram fechadas 565 agências e abertos 78 novos postos de atendimento (PA). A PLR no banco já foi paga.

ITAÚ

O pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2017 foi realizado no dia 1º de março, de acordo com as regras previstas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da Categoria e no Aditivo específico do banco.

O banco, que teve lucro de R\$ 24,8 bilhões, anunciou que o valor foi pago pelo teto, equivalente a 2,2 salários, limitado a R\$ 26.478,55, descontada a primeira parcela, já paga em setembro do ano passado. Também foram pagas no mesmo dia a parcela correspondente à PLR Adicional no valor de R\$ 4.487,16, descontados os

valores pagos antecipadamente.

SANTANDER

O lucro gerencial, que exclui despesas com amortização de ágio e itens extraordinários, chegou a R\$ 9,953 bilhões, um aumento de 35,6% em relação ao obtido no ano anterior, o maior da história do banco no Brasil.

O lucro líquido cresceu 44,5% no ano passado, alcançando uma soma de R\$ 7,99 bilhões. As receitas em 2017 chegaram a R\$ 52,9 bilhões, registrando um aumento de 18,3% em relação a 2016. De acordo com os dados divulgados pelo banco, o crescimento se deve ao aumento das margens financeiras, dos spreads e das comissões.

O Santander antecipou para o dia 20/2 o pagamento da segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados aos bancários.

CAIXA E BRB

Até o fechamento desta edição, Caixa e BRB não divulgaram os respectivos balanços.

SINDICATO SE ENGAJA EM EVENTOS NO MÊS DAS MULHERES

O Sindicato se dedica ao longo do mês de março aos debates e às mobilizações que dão protagonismo às mulheres e fortalecem a luta feminina contra a discriminação, o preconceito e a violência de gênero, numa iniciativa da CUT Brasília em parceria com entidades sindicais e movimentos populares, tendo como eixos a luta pela vida das mulheres, contra o racismo e em defesa dos direitos e da democracia.

“O mês de março deve ser visto como de reflexão sobre discriminações e violências morais, físicas e sexuais contra as mulheres, assim como de mobilização para a conquista de direitos e de combate às ameaças de retrocessos no que já foi alcançado pelas mulheres no Brasil e no mundo”, pontua **Helenilda Cândido**, secretária de Mulheres do Sindicato.

Confira no portal **bancariosdf.com.br** toda a movimentação do Sindicato no mês das mulheres.

SINDICATO ORIENTA MULHERES A DENUNCIAREM VIOLÊNCIA

Os principais canais e meios de se buscar ajuda em caso de agressão e encaminhar denúncias são:

- Ligue 180, serviço telefônico gratuito disponível 24 horas em todo o país;
- Clique 180, aplicativo para celular;
- Ligue 190, para emergência;
- Delegacia da Mulher (se não funcionar 24 horas, o boletim de ocorrência pode ser feito em uma delegacia normal e depois transferido);
- Delegacias de polícia;
- Casa da Mulher Brasileira de Brasília, na 601 Norte.
- Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, para os casos em que a mulher não se sente segura em procurar a polícia;
- Serviços de Atenção Integral à Mulher em Situação de Violência Sexual, como abrigos de amparo;
- Defensoria Pública, que atende quem não possui recursos para contratar um advogado;
- Promotorias Especializadas na Defesa da Mulher.

TEMER CANDIDATO QUER USAR INTERVENÇÃO PARA PEDALAR TETO DOS GASTOS, CRIADO EM SEU GOVERNO

A injustificável intervenção federal no Rio desnuda a falácia do governo Temer com a cantilena do ajuste fiscal como sacrifício a ser suportado pela população - com desemprego, trabalho precário, empobrecimento e miséria - para equilibrar as contas públicas e recuperar a economia.

A aventura política de contornos nitidamente eleitoreiros será bancada com créditos extraordinários abertos no Orçamento, por meio de medida provisória a ser aprovada pelo Congresso. O teto de gastos, estabelecido por emenda constitucional, será então estourado numa pedalada que não

ESTADO COM MAIS MORTES VIOLENTAS

*Taxa por 100 mil habitantes - 2016 | Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública

consegue encobrir a desfaçatez.

A abertura de crédito extraordinário é permitida pelo dispositivo constitucional somente "para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes

de guerra, comoção interna ou calamidade pública". E o Rio não se enquadra em nenhum desses casos - no ranking de mortes violentas para cada 100 mil habitantes, ele aparece em 10º lugar.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

SALVO-CONDUTO AOS MILITARES É PERMISSÃO PARA TORTURA NO RIO

Mandado de busca e apreensão coletivos e salvo-conduto. Este é o combo que toma forma após o governo ilegítimo de Temer decretar a intervenção federal com ação do Exército no Rio no dia 16 passado. Injustificada, a guerra que se instaura no estado é mais um claro ataque de Temer aos direitos dos mais pobres, levando medo e mais insegurança às comunidades cariocas. E com pedido de salvaguarda para os militares.

O Sindicato já havia alertado sobre o interesse dos militares de "intervir frente ao caos político e institucional" em matéria (goo.gl/zXzQzf) publicada setembro do ano passado.

De acordo com o próprio comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, a carta branca servirá para garantir que não se crie uma "nova Comissão da Verdade", que investigou os crimes de direitos huma-

nos cometidos durante a ditadura militar. O salvo-conduto, conforme interlocutor de Temer em entrevista ao jornal Correio Brasileiro, só será avaliado mediante sugestão do general.

Apesar da investida contra os direitos humanos, o general já revelou, em duas ocasiões, seu descontentamento em relação à atuação dos militares para patrulhamento interno.

TRABALHADORES JÁ SENTEM OS DANOS DA REFORMA TRABALHISTA

Como a chamada reforma trabalhista não exige mais a homologação no sindicato dos trabalhadores, as empresas já estão aproveitando as novas regras: faz a demissão e apresenta as contas rescisórias de acordo com o que acha que está certo.

No setor financeiro, o banco Itaú já anunciou que não mais fará as homologações nos sindicatos. Os trabalhadores e seus repre-

sentantes já realizaram protestos contra a medida e querem que o banco reveja a decisão. No dia 1º/2, agências e departamentos do Itaú sofreram paralisações.

Os bancos também já colocaram em prática outras medidas que prejudicam os trabalhadores, como troca de horas extras por banco de horas, caso do Santander, que também já foi alvo de protestos.

LEIA EM BANCARIOSDF.COM.BR

STF REJEITA AÇÃO E QUILOMBOLAS VENCEM LUTA HISTÓRICA PELO DIREITO À TERRA

TEATRO ABRE INSCRIÇÕES PARA O FESTIVAL PALCO CERRADO

Estão abertas até 16 de março as inscrições para a participação na convocatória do Palco Cerrado – Festival de Múltiplas Linguagens, que abrange apresentações artísticas nas séries Música e Artes Cênicas (teatro, teatro de bonecos, teatro infantil e forma animadas, dança e circo), que acontecerão no Teatro dos Bancários. O festival é idealizado

pela Avuá Produções, que coordenará todo o processo.

Serão selecionadas 16 apresentações artísticas para compor a programação do festival, que terá quatro shows artísticos e 12 espetáculos de artes cênicas. As propostas inscritas concorrerão a uma única apresentação no evento, que ocorrerá no período de 17 de maio a 20 de agosto.

A 1ª edição do festival terá duração de

quatro meses (17 a 21 de maio, 14 a 17 de junho, 19 a 23 de julho e 16 a 20 de agosto), contando sempre com a 3ª semana de cada mês, com apresentações de quinta a domingo, abertas ao público. Nas segundas-feiras subsequentes, o evento contará com apresentações para escolas públicas e instituições carentes do DF.

As inscrições são gratuitas e devem ser enviadas para o e-mail **palcocerrado@bancariosdf.com.br** ou por meio da entrega do material impresso diretamente no Sindicato (314/15 Sul).

SÉRIE DOCUMENTAL ESCANCARA CRIMES DO HSBC

“Um outro ponto de vista é simplesmente ver de um lugar onde você não está.” As palavras são parte do conjunto de ações publicitárias do banco HSBC. A série Na Rota do Dinheiro Sujo, produzida pela gigante do streaming audiovisual Netflix, parte deste slogan para escanar as ações ilegais do banco em um dos

melhores episódios da temporada: “O Banco dos Cartéis”.

O ponto central das críticas ao HSBC é sua ligação com o cartel de drogas no México. É possível citar como um problema da série o fato de terem deixado de lado a questão da falência do modelo de combate ao tráfico de drogas, por meio de repressão

e proibicionismo, apesar de apresentar o caráter fraudulento da “guerra às drogas”.

A série tem, até então, seis episódios que abordam, entre outros, a adulteração de motores pela Volkswagen, a indústria farmacêutica e chegam até o império financeiro do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

FESTIVAL DE BERLIM 2018: “O PROCESSO” TRAZ PRÊMIO PARA O BRASIL

Com a divulgação dos prêmios da mostra Panorama e dos júris independentes, o 68º Festival Internacional de Cinema de Berlim anunciou no sábado 24/2 mais três troféus para filmes nacionais, além dos dois entregues na cerimônia do Teddy Awards a Tinta Bruta e Bixa Travesty.

O Processo, de Maria Augusta Ramos, projeto sobre o impeachment de Dilma Rousseff, ficou com o terceiro lugar entre os documentários da Mostra Panorama, cujos vencedores são escolhidos pelo público. Leia mais no portal **bancariosdf.com.br**.

PATERNIDADE RESPONSÁVEL SINDICATO ENTREGA CERTIFICADO A MAIS DEZ SINDICALIZADOS